

AUDITORIA NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: um olhar para as fundações de uma instituição federal de ensino superior

Antony Campello¹
Vidigal Fernandes Martins²

RESUMO

O atual mercado competitivo vem exigindo cada vez mais transparência e confiabilidade por parte das organizações, fazendo com que as mesmas reorganizem todos os seus processos desde a base do processo produtivo até os controles definidos pela alta gerência, buscando sempre maior eficiência e eficácia. A auditoria se mostra como ferramenta essencial nessa busca por excelência e maior credibilidade, visto que é um trabalho executado por profissionais qualificados e constantemente atualizados para que possam fornecer informações úteis para servirem como base para tomada de decisões. Dessa forma o objetivo desse trabalho foi mostrar a importância da auditoria como instrumento de verificação e controle das entidades do terceiro setor. A pesquisa foi realizada utilizando as fundações de um Instituto Federal de Ensino Superior como amostra. A fundamentação teórica abordou aspectos das entidades do Terceiro Setor, as fundações das IFES, os aspectos de auditoria, suas características, sua importância, sua relevância e o profissional que a executa. A coleta de dados foi realizada através de questionário entregue aos gestores das fundações, buscando conhecer a relação entre os gestores e o departamento de auditoria externa. Como resultados verificou-se que as fundações não possuem departamento de auditoria interna, porém os gestores fazem uso dos relatórios, das recomendações, sugestões e possuem acompanhamento constante pelo departamento de auditoria externa, atestando os benefícios proporcionados pela auditoria.

Palavras-chave: Auditoria. Terceiro Setor. IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

¹ Bacharel em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

² Professor Adjunto e Diretor de Planejamento na Universidade Federal de Uberlândia - UFU Conselheiro e Vice- Presidente de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRCMG. Editor da Revista de Auditoria Governança e Contabilidade – RAGC (<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/about/editorialTeam>). Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

ABSTRACT

The current competitive market comes increasingly demanding transparency and reliability on the part of organizations, causing the same reorganise all their processes from the base of the productive process until the controls defined by high manages, always seeking greater efficiency and effectiveness. The audit if it shows as an essential tool in this search for excellence and greater credibility, because that is a work performed by qualified professionals and constantly updated so that they can provide useful information to serve as a basis for decision-making. This way the objective of this work was to show the importance of the audit as an instrument of verification and control of the third sector entities. The research was conducted using the foundations of a Federal Institute of Higher Education as a sample. The theoretical basis addressed aspects of third sector entities, the foundations of FISHE, the aspects of audit, its characteristics, its importance, their relevance and the professional who performs it. Data collection was performed using a questionnaire delivered to management of foundations, aiming to understand the relationship between managers and the Department of external audit. As results it was verified that the foundations do not have internal audit department, however the managers make use of reports, recommendations, suggestions and have constant monitoring by the department of external audit, attesting the benefits provided by the audit.

Keywords: Audit. The third sector. IFES (Federal Institutions of Higher Education).

INTRODUÇÃO

O mercado competitivo atual exige uma adequação por parte de todas as empresas, a competitividade e a concorrência do mercado aceita apenas as melhores empresas, tanto em qualidade de serviços, como em relação a uma boa administração. Uma gestão eficiente e eficaz também se faz necessária para se manterem no mercado (SANTOS, 2007).

A auditoria interna representa peça fundamental no auxílio dos administradores, fornecendo pessoal capacitado e apto para analisar as atividades e movimentações da empresa, auxiliando e verificando o andamento do processo de implantação do controle interno, ajudando na gestão e na tomada de decisões por parte da alta administração (CERQUEIRA; REIS, 2005).

Com a valorização dos controles internos, surgiu a necessidade de um departamento que fique responsável pela avaliação e gerenciamento desses controles, servindo de apoio a administração. Na maioria das empresas, esse departamento é denominado de auditoria interna, e tem como função recomendar medidas para uma boa execução, tendo como base os exames verificados com o controle interno (QUEIROZ, 2013).

A auditoria interna passou a ter um papel fundamental, seu trabalho baseado em técnicas e procedimentos busca auxiliar os administradores no processo gerencial da melhor forma possível, seja verificando os controles internos, contábeis, ou administrativos, visando sempre aumentar a eficiência operacional e financeira, resguardando o patrimônio (HAMES, 2004).

O ambiente econômico atual é composto por três setores diferentes que servem para auxiliar o fluxo da economia e ajudar o desenvolvimento da sociedade, o Poder Público tem o papel de Primeiro Setor. As empresas privadas com fins lucrativos representam o Segundo Setor. Por último temos o Terceiro Setor que engloba uma diversidade de organizações sem fins lucrativos, que será objeto de estudo deste artigo (Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul-CR CRS, 2011).

De acordo com o CR CRS (2011), o Terceiro Setor é representado pelas entidades sem fins lucrativos, a entidade recebe recursos de doações, subvenções, financiamentos e através de suas próprias atividades, esses

recursos devem ser reinvestidos integralmente na atividade a qual foi instituída, conforme estatuto.

Entre as entidades do Terceiro Setor, pretende-se explorar as Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que são entidades sem fins lucrativos que existem com a finalidade de auxiliar “às atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo papel relevante no desenvolvimento científico e tecnológico do país” (COELHO, 2012, p. 18).

As Fundações de Apoio não têm como finalidade a obtenção do lucro, porém é de vital importância que as mesmas apresentem resultados positivos para que suas atividades sejam mantidas, também se faz necessária uma gestão eficaz, visto que os resultados obtidos geram benefícios para toda a sociedade em que estão inseridas (COELHO, 2012).

A partir de objetivo geral e de seus objetivos específicos, a pesquisa procurará responder à seguinte pergunta: Qual a importância da auditoria como instrumento de verificação e controle nas fundações de uma instituição federal de ensino superior?

Como objetivos específicos, o presente estudo irá verificar o papel que a auditoria exerce nas tomadas de decisões por parte da administração das fundações de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES); avaliar os resultados, e, por fim, examinar a importância da auditoria e sua contribuição para a gestão eficaz destas organizações.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro da estrutura do presente trabalho, inicialmente, foram identificados os conceitos de auditoria, sua função e seus objetivos relacionados aos estudos de Hames (2004), Mendonça (2005), Morais (2008), Queiroz (2009), Prado (2010), Gomes; Oliveira e Porto (2012).

Os autores Hames (2004), Mendonça (2005), Cerqueira e Reis (2005), Santos (2007), Queiroz (2009), Gomes; Oliveira e Porto (2012) e Oliveira e Santos (2013), explicitam os conceitos sobre o perfil do profissional de auditoria, suas características e suas responsabilidades.

Os conceitos relativos ao Terceiro Setor são descritos por Alves (2002), Rheinheimer; Scheunemann (2009), CRCRS (2011), Menezes (2011), Coelho

(2012) e Souza (2013). Os conceitos de IFES e Fundações de Apoio são apresentados por Ferraresi (2003), Amaral (2008), Coelho (2012), e por fim a importância da auditoria interna conforme os ideais de Moraes (2008), Queiroz (2009), Gomes; Oliveira e Porto (2012), Oliveira (2013).

1.1 AUDITORIA

Segundo Hames (2004), auditoria pode ser definida como um processo de verificação dos critérios e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis, verificando a adequação com os princípios fundamentais da Contabilidade e com as normas brasileiras de Contabilidade.

Já Mendonça (2005), traz auditoria como uma especialização da contabilidade, com a finalidade de atestar a eficiência e a eficácia dos controles sobre o patrimônio, que irá gerar opinião relevante sobre os dados analisados durante o processo.

Mesmo em períodos de estudos diferentes, em definições diferentes nota-se uma semelhança de ideias na definição de auditoria e seus objetivos, a auditoria tem o objetivo [...] “de examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras, operacionais da organização” (SANTOS, 2007, p. 17).

Como função, Queiroz (2009) diz que a auditoria interna serve como instrumento de avaliação da eficácia do controle interno da organização, visando salvaguardar o patrimônio, seus sistemas contábeis, financeiros e operacionais, buscando a otimização no uso dos recursos, reduzindo os custos no processo produtivo, buscando se adequar as normas legais e atender as orientações do sistema de controle gerencial.

A auditoria interna como técnica contábil tem sido destacada pelos estudiosos da área como instrumento responsável por garantir a maximização e a qualidade dos resultados organizacionais, juntamente com a transparência e exatidão das demonstrações, minimizando ou até mesmo, em alguns casos, extinguindo possíveis dolos que são extremamente prejudiciais para as atividades da organização (SANTOS, 2007).

A auditoria interna se baseia em atividades detalhadas da empresa, relacionando-se intensamente com o andamento de todas as áreas,

departamentos, setores e operações da empresa, ela examina cada ramificação e cada segmento regularmente para observar a legislação, a eficiência e os controles da empresa (HAMES, 2004).

Segundo Santos (2007), o processo de auditoria necessita de acompanhamento contínuo. A criação de um sistema de controle interno perfeito perde toda sua utilidade caso não haja um acompanhamento por parte dos gestores, seja para verificação do cumprimento do atual sistema, ou para possíveis alterações diante de novas circunstâncias encontradas na empresa.

Seguindo a linha de pensamento, podemos utilizar o conceito descrito por Moraes (2008, p. 3), “a auditoria interna deve atuar em toda a hierarquia da organização, avaliando a eficácia dos seus resultados em relação aos recursos colocados à disposição, bem como a economicidade e eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos”.

As empresas de hoje buscam a implementação da auditoria pela segurança que suas informações proporcionam aos administradores e investidores, deixando de ser utilizada apenas para auditar as demonstrações contábeis, conseguindo fazer mais do que apenas atender as obrigações legais, ganhando um importante auxiliador gerencial (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

A auditoria interna fornece um olhar diferenciado na otimização do sistema de controle interno, tem como objetivo a preservação do patrimônio, dos registros contábeis, financeiros e operacionais, visando a “otimização no uso dos recursos, a eficiência operacional, a adesão as políticas e normas internas, a legislação e as demais orientações dos órgãos de controle empresarial” (QUEIROZ, 2009, p. 5).

Diante da necessidade de se manter atualizado perante o mercado competitivo global, viu-se necessário a implantação de um funcionário de confiança, para executar a função de auditor, servindo como olhos da administração, que por falta de tempo ou até mesmo capacitação não pode executar o trabalho de auditoria (MENDONÇA, 2005).

1.2 O PROFISSIONAL DE AUDITORIA

Os auditores internos devem ser capacitados sobre o funcionamento da empresa e os sistemas de controle por ela utilizados, sendo possível a identificação de eventuais erros ou fraudes que possam ocorrer na área de atividades em que os exames foram executados (CERQUEIRA; REIS, 2005).

Como função do auditor tem-se o papel de funcionário com grande importância, porém com limitações. É um papel de revisão do trabalho dos outros, e não a execução original do trabalho, logo “[...] o auditor interno deve recomendar, mas não pode decidir; deve sugerir e influenciar, mas não pode determinar; deve examinar, julgar, avaliar e relatar aos órgãos superiores, mas não pode impor uma modificação” (SANTOS, 2007, p. 3).

O auditor não executa os trabalhos, observa, analisa e faz recomendações baseando-se nas informações que obteve, o auditor não deve interferir diretamente na execução do trabalho. Seu papel é o de revisor, verificará o trabalho dos outros, buscando identificar possíveis irregularidades e sugerindo ações que possam solucionar os problemas encontrados (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

É intolerável que os profissionais contábeis não incorporem as mudanças que ocorrem ao seu redor. Os profissionais da auditoria necessitam de constante modernização em seus conhecimentos, assim ele será capaz de fornecer informações qualificadas para servirem como base para a tomada de decisões (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

Como função do auditor, Queiroz (2009) afirma que, o auditor fornece ferramentas para que os gestores possam ter segurança em desenvolver suas operações e tomar as melhores decisões diante das opções que lhes foram apresentadas.

Os auditores tinham a função única de revisar e conferir os valores dos documentos, com o desenvolvimento do mercado, eles deixaram de ser meros conferentes e revisores, para se tornarem os olhos e ouvidos da administração, garantindo um melhor desempenho da administração em geral (MENDONÇA, 2005).

Os auditores internos por estarem dentro da empresa, têm a possibilidade de fazer um planejamento maior do seu trabalho, acompanhar os

processos e fazer verificações regulares dos fatos e atos ocorridos na empresa. Porém, essa intimidade criada pelo cotidiano, gera desvantagens, as amizades geradas pelo convívio diário trazem influências e acabam afetando o desenvolvimento do seu trabalho (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

O auditor interno, como funcionário da entidade, fica limitado às normas e aos regulamentos por ela impostos. Para executarem suas atividades sem pressões, sem interferências “Os auditores internos necessitam do apoio da alta administração e de seus executivos, para que possam executar seu trabalho livres de interferências e com a colaboração dos setores submetidos ao exame” (HAMES, 2004, p. 11).

Segundo Hames (2004) é extremamente importante que o auditor tenha independência total para se movimentar dentro da entidade, tenha tranquilidade para emitir suas opiniões, sem se preocupar com o desagrado que possa causar, ele deve passar a imagem de que os auditores são colegas, e que está ali para ajudar a melhorar o desempenho da empresa.

Estar sempre atualizado representa papel importante em todas as áreas, no caso dos auditores internos não é diferente, estar constantemente atualizado se torna uma necessidade primordial, devido a formação escolar deficiente e a gama de conhecimentos que o auditor necessita obter ao longo da carreira para desempenhar seu trabalho com tranquilidade independentemente dos desafios que encontre no decorrer do percurso (MENDONÇA, 2005).

Nem sempre o auditor está totalmente apto a executar todas as tarefas que lhe são atribuídas. Prado (2010) afirma que em determinadas ocasiões o auditor e seu departamento podem utilizar de serviços específicos de consultores, seja na área de contabilidade, economia, finanças, engenharia, impostos e direitos, ou qualquer outra área que exija um conhecimento mais específico, porém, não é necessário que cada auditor conheça todos esses campos de atuação.

No decorrer de suas atividades, o auditor deve se certificar que todos os resultados foram alcançados, todas as recomendações foram ouvidas, ou então, que a administração assuma a responsabilidade e todos os riscos por não tomarem nenhuma atitude em relação as descobertas obtidas no serviço de auditoria (PRADO, 2010).

A auditoria interna deve ter suas etapas registradas nos papéis de trabalhos, sejam eles feitos em meio físico ou eletrônico, mantendo sua ordem e arquivamento feitos de forma sistemática e racional, buscando facilitar a interpretação dos resultados obtidos pelo processo de auditoria (PRADO, 2010).

Como resultado final do trabalho de auditoria, tem-se o relatório do auditor, que deverá ser elaborado conforme as normas de auditoria, de forma coerente e objetiva, sem erros e com redação clara. A opinião final do auditor, deve ser baseada em fatos concretos, comprováveis através dos papéis de trabalho, com total imparcialidade e independência. Ao final o auditor dará o seu parecer contendo as falhas encontradas e sua opinião quanto aos procedimentos que deverão ser adotados (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

A auditoria representa papel importante por transmitir maior credibilidade, por auxiliar na execução das exigências legais e por proporcionar maior transparência para as entidades do Terceiro Setor, característica marcando nesse tipo de entidade, visto que as mesmas precisam prestar contas a diversos órgãos (CRCRS, 2011).

1.3 TERCEIRO SETOR

Segundo Coelho (2012), o Terceiro Setor é um conjunto de organizações sem fins lucrativos, e que prestam serviços em áreas de interesse social e público. Essas organizações se diferenciam dos outros setores por serem privadas diferente do Primeiro Setor (Estado), e por não visarem a obtenção do lucro, objetivo do Segundo Setor (Mercado).

O Terceiro Setor é o conjunto de indivíduos e organizações que agem em busca de objetivos coletivos, pessoas que criam projetos e buscam recursos para auxiliar o desenvolvimento social do país. Esse conjunto de indivíduos e organizações executam seus projetos através dos recursos obtidos por meio de “contribuições, doações, restrições temporárias, restrições permanentes, subvenções, patrocínios e vendas de seus produtos” (MENEZES, 2011, p. 10).

Seguindo a linha de raciocínio, Souza (2013, p. 12) afirma que o Terceiro Setor é o conjunto de entidades sem fins lucrativos que servem para auxiliar a suprir as necessidades que o governo não consegue atender, visto que o mesmo não possui capacidade de “alcançar todas as camadas da sociedade que por muitas vezes fica carente em seus direitos”.

Reconhecendo a importância da parceria entre Estado e Terceiro Setor, a percepção de suas deficiências e da necessidade de ajuda o governo passou a incentivar mais as entidades do terceiro setor, além dos incentivos em imunidade e isenção fiscal, passou a auxiliar também no repasse de verbas públicas através de contratos de gestão e outros, com isso ele permite que o cidadão participe ativa e diretamente na construção de um país melhor (SOUZA, 2013).

Segundo Rheinheimer e Scheunemann (2009, p. 31) o Terceiro Setor seria definido como “um conjunto de entidades sem finalidades lucrativas, unidas em prol do bem social, buscando sinergia com o primeiro e o segundo setor.” A expressão fins lucrativos é muito relativa, visto que as entidades não buscam apenas o lucro financeiro, hoje se tornou mais viável utilizar a expressão “sem fins econômicos, em contraponto ao mercado, pois o lucro existe, embora não seja monetário” (RHEINHEIMER; SCHEUNEMANN, 2009, p. 31).

Alves (2002) afirma que o conceito de Terceiro Setor permanece pouco explorado, algumas pessoas associam as ONGs, outros com caridade ou com obras religiosas, numa primeira abordagem pode-se associar o Terceiro Setor a atividades que o diferenciam dos demais setores, sendo não-governamental e não-mercantis (não-lucrativas).

Souza (2013) acentua que o Terceiro Setor foi criado a partir da organização da sociedade civil que buscava uma sociedade igualitária, foi o surgimento de um setor que tinha como responsabilidade a promoção do bem coletivo, através da criação de diretrizes que trariam uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente sustentável.

O Terceiro Setor foi criado a partir da verificação da incapacidade do Estado em atender a todas as necessidades da sociedade. As entidades caracterizadas no Terceiro Setor possuem a solidariedade como característica principal, concretizada por ações de pessoas motivadas a participar de

trabalhos sociais visando apenas alcançar a autossatisfação (RHEINHEIMER; SCHEUNEMANN, 2009).

Rheinheimer e Scheunemann (2009, p. 56) explicam que “O Terceiro Setor é composto pelos seguintes segmentos da sociedade: associações, fundações, sindicatos, cooperativas, igrejas e ONGs”. A expressão é auto explicativa, são organizações privadas e não governamentais. As fundações são as entidades que serviram de objeto de estudo nesse artigo.

De acordo com o CRCRS (2011), as entidades do Terceiro Setor possuem imunidade e/ou isenção tributária conforme podemos observar no artigo 150 da Constituição Federal (1988), abaixo descrita:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – Instituir impostos sobre:

[...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei (BRASIL, 1988).

1.4 FUNDAÇÕES DE APOIO E AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Fundações são um conjunto de bens livres buscando um objetivo com alcance social previamente definido em seu estatuto. Não é um conjunto de pessoas buscando o mesmo objetivo, embora estas possam unir forças para auxiliarem nas causas sociais das fundações (COELHO, 2012).

Uma fundação pode ser criada de várias maneiras, se for por iniciativa de pessoa física, deverá ser feita por meio de escritura pública feita por seu instituidor ainda em vida, ou em caso de morte poderá ser criada mediante testamento. Poderá também ser instituída por pessoas jurídicas ou pelo Poder Público, dependendo dos seus objetivos (COELHO, 2012).

Conforme art. 62 da lei 13.151 de 28 de julho de 2015, a fundação poderá ser constituída para fins de:

Art. 62 [...]

I – assistência social;

II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III – educação;

IV – saúde;

V – segurança alimentar e nutricional;

- VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
- IX – atividades religiosas; e
- X – (VETADO).” (NR) (BRASIL, 2015).

Nesse artigo estudar-se-a a relação entre as Fundações e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As IFES com a estrutura que conhecemos hoje possuem sua origem na “Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, transformada em Universidade do Brasil, em 1937, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir de 1965” (AMARAL, 2008, p. 3).

As IFES estão amparadas legalmente, conforme art. 2º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Ferraresi (2003, p. 1) afirma que “estas instituições têm comportamento gerencial burocrático, colegiado, político e anárquico, e que a disseminação do conhecimento através de ensino, pesquisa e extensão é objetivo das IFES”. São organizações complexas, com metas ambíguas, mesmo sendo organizações únicas, tem características similares as outras.

As IFES são instituições diferenciadas das demais, têm uma complexidade e especificidade administrativa que as diferem das outras organizações públicas ou privadas, não possuem uma hierarquia retilínea, “suas decisões são normatizadas e colegiadas, características que auxiliam o processo participativo” (FERRARESI, 2003, p. 1).

1.5 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna serve para avaliar o trabalho executado por outros, fazendo a revisão, a avaliação e o acompanhamento do sistema de controle interno que a empresa adota, sempre visando o cumprimento das políticas

traçadas pela administração de melhor maneira possível, e conseqüentemente se a atividade executada na empresa atende as normas legais (QUEIROZ, 2009).

Ainda segundo Queiroz (2009), a auditoria interna é responsável pela avaliação do sistema de controle interno que a entidade utiliza no decorrer de suas atividades. A avaliação da eficiência e eficácia dos processos no dia-a-dia da entidade faz com que a auditoria interna tenha responsabilidade em parte dos resultados alcançados pela empresa.

Para evitar desconfiança sobre a necessidade e utilidade em se ter um setor de auditoria interna, devem ser analisados os custos necessários para implantação do setor, deve-se fazer um planejamento para que se tenha uma atividade que realmente agregue valor ao negócio e proporcione retorno e segurança sobre os investimentos dos acionistas (MORAIS, 2008).

Segundo Oliveira e Santos (2013, p. 4) A auditoria se mostra extremamente importante no auxílio à administração da entidade, controlando informações, funções da organização, no auxílio aos proprietários e administradores a tomarem as melhores decisões baseando-se nos resultados obtidos, compartilhando das definições dos outros autores sobre a função da auditoria.

A auditoria interna tem como característica mais marcante, o auxílio que ela proporciona para os gestores, mediante informações que permitam uma visão real do que acontece na empresa, recomendando ações para corrigir eventuais desvios e transmitindo segurança para que os gestores possam tomar suas decisões tranquilamente (QUEIROZ, 2009).

A auditoria assumiu um novo papel, deixando de ser apenas uma obrigatoriedade, e um custo para a empresa, atualmente a auditoria tem papel de apoio à administração, examinando as demonstrações financeiras, e assegurando que elas estejam representando fielmente a posição patrimonial e financeira da empresa (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

No mesmo caminho, Oliveira e Santos (2013) percebeu que a atividade da auditoria interna não deve se restringir apenas no ambiente interno, informações de fora da empresa são extremamente importantes, confirmações dos saldos de terceiros e dos saldos bancários são exemplos dessas informações.

A auditoria interna quando tem seu foco na melhoria dos controles e processos, se torna uma atividade de assessoramento da administração, visando detectar eventuais falhas no decorrer dos processos produtivos, administrativos e gerenciais, fazendo recomendações para que seja possível evitar que se repitam e corrigi-los (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

A auditoria se mostra extremamente útil, seja fiscalizando a eficiência dos controles internos, corrigindo registros contábeis, evitando desvios patrimoniais, contribuindo para obtenção de informações verídicas sobre a situação econômica, patrimonial e financeira das empresas, apontando falhas na organização e nos controles internos, ou seja, “tudo o que comprova a veracidade dos atos da administração e os interesses patrimoniais” (OLIVEIRA; SANTOS, 2013, p. 5).

Nesse cenário onde se impõem tantas regulamentações a auditoria reforça cada vez mais seu papel e sua importância, à crescente preocupação em atender os procedimentos e políticas regulamentares, estabelece uma política onde a auditoria se torna alicerce da estrutura de governança e da gestão dos riscos da organização (PRADO, 2010).

A auditoria tem colaborado cada vez mais com a evolução da organização, passando a ser vista com bons olhos por parte dos administradores, deixando de ser apenas uma obrigatoriedade ou custo, se tornando uma ferramenta de grande valia na tomada de decisões e um diferencial para superar a concorrência que é cada vez mais acirrada (GOMES; OLIVEIRA; PORTO, 2012).

2 METODOLOGIA

Considerando que o objetivo dessa pesquisa será identificar a influência que a auditoria interna exerce como instrumento de verificação e controle nas organizações do terceiro setor, essa pesquisa é de caráter descritiva. “Pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre essas variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados, é utilizada a pesquisa bibliográfica, onde se buscará explicar um problema

baseando-se em materiais que já foram publicados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p. 44).

A população da pesquisa é composta pelos gestores das fundações da Universidade Federal de Uberlândia, sendo elas a Fundação de Apoio aos Universitários (FAU), Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU) e Fundação de Desenvolvimento Agropecuário (FUNDAP).

Diante do exposto, a primeira parte do questionário consiste em obter informações sobre a caracterização dos respondentes (formação acadêmica, tempo de experiência no cargo de gestor de fundações, conhecimentos em relação aos relatórios de auditoria).

A segunda etapa consiste em verificar a percepção dos gestores gerentes das fundações em relação a como a auditoria pode auxiliar e interferir nas tomadas de decisões.

A coleta de dados foi realizada com a utilização de um questionário aplicado nas fundações da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo 2 iniciais referente ao perfil sociológicos dos participantes da pesquisa, sendo todas de questão fechada, e 5 de questões de conhecimentos específicos sendo que última apresentando questão conforme a escala de Likert, composto de 12 itens que foram analisados como estes participantes enxergam o setor de Auditoria. A escala de Likert, que consiste na soma das respostas dadas a cada item, sendo a escala mais utilizada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala os participantes especificam seu nível de concordância ou não com uma afirmação.

A pesquisa utilizada foi de abordagem quantitativa visto que se faz necessária a utilização de métodos estatísticos na análise dos dados encontrados, visando expressar os resultados em valores reais, permitindo a elaboração de uma discussão embasada em outros autores.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme o questionário aplicado, verificou-se na primeira parte do questionário que 66,67% dos respondentes possuem pós-graduação e 33,33% possuem curso de graduação como formação acadêmica. A mesma

porcentagem demonstrou ter mais de 10 anos como tempo de experiência se tratando de fundações de apoio, os outros 33,33% possuem entre 5 e 10 anos, indicando grande capacidade na gestão das mesmas.

Foi questionado sobre os conhecimentos relacionados aos relatórios de auditoria, 50% dos respondentes afirmaram ter conhecimento e utilizar os relatórios nas suas tomadas de decisões, 33,33% afirmam ter conhecimento e acesso aos mesmos, os outros 16,67% possuem conhecimento sobre os mesmos, mas não tem acesso aos relatórios.

Apenas uma fundação afirmou possuir um setor de auditoria responsável, e afirma ainda possuir excelente relacionamento com o setor de auditoria externa, as outras fundações afirmam ter um bom relacionamento com o mesmo setor, sendo nestas fundações a única opção de auditoria que possuem, visto que não tem um setor de auditoria interna em seus departamentos.

Conforme Morais (2008), Queiroz (2009), Prado (2010), Gomes; Oliveira e Porto (2012) e Oliveira e Santos (2013), um departamento interno de auditoria tem extrema importância, seja na verificação das informações, seja no acompanhamento dos processos internos da entidade, devido a peculiaridade das fundações citadas por Ferraresi (2003), entende-se que nem todas podem contar com tal departamento.

A segunda parte do questionário elucidada o relacionamento entre gestor e o setor de auditoria externa, foi utilizada a Escala de Likert como escala de mensuração de atitude, visto que a mesma representa diversas assertivas sobre determinado assunto, informando também qual grau de concordância ou discordância o respondente possui sobre o assunto em questão (OLIVEIRA, 2001).

A visão dos gestores em relação a finalidade principal da auditoria é bem contrária, 50% dos gestores acham que a auditoria é mais voltada para atender os aspectos legais, e 50% acham que ela atende bem os aspectos gerenciais. Assim como Gomes; Oliveira; Porto (2012) mostram que a auditoria deixou de ser apenas uma ferramenta para atender as necessidades legais.

Em relação a participação ativa da auditoria no auxílio da tomada de decisões, 50% dos gestores discordam dessa afirmação, apenas 16,67% se sentem plenamente atendidos, e 33,33% sentem que a auditoria é indiferente

nesse quesito, função principal da auditoria que é de auxiliar na tomada de decisões assim como afirmam QUEIROZ (2009) e OLIVEIRA; SANTOS (2013).

No que diz respeito ao relacionamento entre gestores e auditoria externa, apenas 16,67% das fundações afirmam não participarem de reunião para buscar melhores soluções para os desafios encontrados, 33,33% se sentem indiferentes ou não souberam responder, outros 33,33% estão parcialmente satisfeitos e 16,67% se sentem plenamente atendidos.

Quando questionados sobre o auxílio que a auditoria exerce nas tomadas de decisões administrativas, 33,33% concordam plenamente que a auditoria auxilia os gestores, 66,67% concordam parcialmente com os benefícios que a auditoria propicia para os gestores, reforçando os conceitos de QUEIROZ (2009), GOMES; OLIVEIRA; PORTO (2012) e OLIVEIRA; SANTOS (2013).

Todos os gestores concordam que a auditoria auxilia o seu departamento, 50% dos respondentes concorda parcialmente que a auditoria colabora ativamente, e 50% concorda plenamente com essa colaboração, reforçando o quão importante é o trabalho em conjunto da auditoria com os gestores, assim como afirmam HAMES (2004) e QUEIROZ (2009).

Perguntados sobre as recomendações feitas pela auditoria externa 33,33% dos respondentes concordam parcialmente com os benefícios apresentados pela auditoria 66,67% concordam plenamente que a auditoria fornece recomendações que auxiliam na tomada de decisões, confirmando o papel da auditoria apresentado por QUEIROZ (2009) e OLIVEIRA; SANTOS (2013).

Quando questionados sobre os relatórios que lhes são fornecidos 16,67% se dizem neutros acerca das informações apresentadas nos relatórios, 83,33% afirmam que os relatórios são precisos e de fácil entendimento, assim como os autores Gomes; Oliveira e Porto (2012) falam sobre o resultado do trabalho do auditor.

Novamente há uma divergência sobre as informações apresentadas nas recomendações da auditoria, 50% afirmam que estas recomendações são voltadas aos aspectos legais e 50% acreditam que são voltadas para os aspectos operacionais, mostrando a abrangência que a auditoria pode atingir, assim como os autores MENDONÇA (2005) e OLIVEIRA; SANTOS (2013).

Visto a importância e credibilidade que a auditoria proporciona para a sua organização 100% dos respondentes discordam plenamente da assertiva que o trabalho de auditoria externa representa um gasto desnecessário, os custos para a implantação de tal departamento já haviam chamado a atenção nos estudos de MORAIS (2008).

Apenas 16,67% dos respondentes afirmam que o auditor encontra dificuldades em realizar seu trabalho, porém 83,33% disseram que o auditor independente não encontra dificuldades na consecução de seus trabalhos, ponto importante visto que o auditor necessita de autonomia e liberdade para executar o seu trabalho e emitir as opiniões que julgar necessárias, assim como afirma HAMES (2004).

A auditoria vem apresentando novos métodos para aprimorar o desempenho da fundação em que trabalha, tal afirmação foi confirmada por 83,33% dos questionados, 16,67% não se sentiram satisfeitos com os novos métodos apresentados pela auditoria externa, reforçando a necessidade de se ter um acompanhamento por parte dos gestores, HAMES (2004) e MORAIS (2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria representa papel essencial na busca por controles internos mais eficientes, transparência, credibilidade das informações apresentadas e busca pela excelência dos resultados, por ser executada por profissionais altamente capacitados e imparciais, porém com limitações, ele apenas revisa o trabalho já executado. Visto isso, muitas organizações utilizam a auditoria como suporte principal para suas atividades.

As entidades do Terceiro Setor que foram o foco deste trabalho representam parte importante da sociedade, sua gestão mesmo que não vise o lucro financeiro, busca resultados positivos para a manutenção de suas atividades e para dar continuidade ao atendimento que proporciona a sociedade em que está inserida, os gestores dessas organizações viram na auditoria externa uma grande aliada visto a particularidade dessas entidades.

Com base nas informações proporcionadas pelo departamento de auditoria, os gestores possuem a tranquilidade de verificar que seu trabalho

está sendo executado de maneira apropriada, os controles por eles implantados estão sendo seguidos, as informações que são transmitidas ao público externo e sociedade em geral possuem credibilidade pois mostram o que ocorre na entidade de forma confiável.

Os gestores das fundações fazem uso de todas as ferramentas que a auditoria fornece, seus relatórios, suas sugestões, seu acompanhamento no cotidiano da entidade, e isso faz com que as tomadas de decisões se tornem mais tranquilas e confiáveis, visto que são amparadas por um setor capacitado e focado na credibilidade das informações que transmitem.

Foi possível concluir que, a população da amostra se mostra satisfeita com o trabalho que vem sendo executado pela auditoria, contribuindo tanto nos aspectos legais quanto na parte administrativa das fundações, alcançando todas as necessidades apresentadas pelos gestores.

Seja qual for o trabalho executado, o mesmo está sujeito a limitações que podem afetar seu desempenho e seus resultados, neste caso a dificuldade maior foi o reduzido número de fundações, impossibilitando uma análise mais complexa e aprofundada do impacto da auditoria sobre as mesmas.

Sendo assim, essa pesquisa foi importante para o aprofundamento no conhecimento de auditoria, por proporcionar informações confiáveis e auxiliar na tomada de decisões, e principalmente conhecimento sobre as entidades do terceiro setor que representam parte importante na sociedade e que muitas vezes não possuem o devido reconhecimento.

Entretanto, ainda há muito o que ser discutido, espera-se que este material venha a contribuir para a compreensão do tema e todas as vantagens que a auditoria proporciona as entidades que atua. Por fim, fica a oportunidade para uma pesquisa posterior atingindo um maior número de fundações de IFES, visto que quanto mais estudos forem realizados sobre a auditoria, seus instrumentos de auxílio, sua contribuição para uma boa gestão e para o alcance de uma maior credibilidade das informações, maior serão os benefícios para as entidades e sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mario Aquino. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. In: ENANPAD – Encontro anual da Anpad, v. 26, 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia e Financiamento das IFES: desafios e ações**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023: informação de documentação – referência - elaboração**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnbr6023.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 06 maio 2015.

_____. **Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015**. Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm>. Acesso em: 02 set. 15.

CERQUEIRA, Edilson Francisco de; REIS, Jorge Augusto Goncalves. **A importância da auditoria interna**. In: Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 9., 2005, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-75.PDF>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

COELHO, Izabel de Medeiros. **A utilização da informação contábil na gestão organizacional: Um estudo nas Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação

em Ciências Contábeis UnB, UFPB e UFRN, Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13462/1/2012_LzabelMedeirosCoelho.pdf>. Acesso em 24 abr. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Estudos do Terceiro Setor do CRCRS (2010/2011). **Terceiro setor**: guia de orientação para o profissional da contabilidade. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em 29 abr. 2015.

FERRARESI, Ana Lúcia. **Sugerindo estratégias de gerencia para IFES**. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 3., 2003, Buenos Aires. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Buenos Aires: UNMDP, 2003. p. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116250/FERRARESI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 maio 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2014.

GOMES, Gilson Freire da Fontoura; OLIVEIRA, Denise Silva; PORTO, Lívia Carolina de Medeiros. **A importância da auditoria interna no processo de gestão das organizações em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo**. In: REVISTA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS, São Paulo, v. 1, nº. 1, p.2-19, set. 2012. **Anais do Seminário de Produção Acadêmica da Anhanguera**. 6., 2012. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/biblioteca/arquivos_monografias/arquivo.2013-04-17.2206323865/at_download/file>. Acesso em: 06 jul. 2014.

HAMES, Gisele. **A importância da auditoria interna no processo decisório das organizações**: uma revisão da literatura. 2004. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Centro Socio-Econômico, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295604>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MENDONÇA, Denise do Carmo Felix. **O papel da auditoria interna no âmbito das empresas privadas**. 2005. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2005. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2293/2/201517_22.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

MENEZES, Maria Aparecida. **Terceiro Setor**: gestão e controle social. 2011. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Departamento de

Administração da Universidade Estadual do Maringá, Universidade Aberta do Brasil, 2011. Disponível em: <www.dad.uem.br/especs/monosemad/trabalhos/_1320707652.docx>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MORAIS, Maria Georgina da Costa Tamborino. **A importância da auditoria interna para a gestão**: caso das empresas portuguesas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais dos trabalhos científicos**. Gramado, 2008. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/570.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

OLIVEIRA, Maria Inez Costa; SANTOS, Denise Aparecida Gomes dos. **A importância da auditoria interna contábil como instrumento de verificação e controle**. REVISTA CIENTÍFICA SEMANA ACADÊMICA. Fortaleza, nº. 000045, dez. 2013. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/importancia-da-auditoria-interna-contabil-como-instrumento-de-verificacao-e-controle-0>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. **Escalas de mensuração de atitudes**: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. REVISTA ADMINISTRAÇÃO ON LINE. FECAP. Volume 2, número 2, abr/mai/jun. 2001. Disponível em <http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm>. Acesso em 19 set.2015.

PRADO, Abimagerson Portela. **Auditoria interna e a sua importância no processo decisório das empresas**. 2010. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica e Qualidade) – Instituto a Voz do Mestre, Pós-Graduação Lato Sensu, Universidade Candido Mendes, São Luís. 2010. Disponível em: <<http://www.share-pdf.com/6329537e42a04c6c8e81d79566374096/trabalho.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

QUEIROZ, Edna Câmara de Miranda. **Controle interno e auditoria interna como instrumento de apoio para gestão de empresas**. 2009. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Auditoria e Perícia Contábil), Departamento de Pós Graduação Lato Sensu, Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2009. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/CPGLS/IV%20MOSTRA/NEGCIO/Controle%20interno%20e%20auditoria%20interna%20como%20Instrumento%20de%20apoio%20para%20gesto.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2014.

RHEINHEIMER, Ivone; SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel. **Administração do terceiro setor** / [organizada pela] Universidade Luterana do Brasil: ULBRA. – Curitiba: lbpex, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128627325/Livro-Adm-3-Setor#scribd>>. Acesso em 08 abr. 2015.

SANTOS, Marcos Igor da Costa. **Auditoria interna como instrumento formador da eficiência e eficácia dos resultados organizacionais**. 2007. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE

DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2., 2007, João Pessoa. Disponível em: <http://www.rede.net.br/publicacoes/arquivos/20080922_105130_GEST-011.pdf>. Acesso em 06 jul. 2014.

SOUZA, Clarice Joaquina de. **Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor**. 2013. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília. 2013. Disponível em: <repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3993/1/21143526.pdf>. Acesso em 01 mai. 2015.